

OLIVEIRA, Frederico Abrahão. Direito Penal Econômico Brasileiro. Porto Alegre: Abdir. 1996.

OSÓRIO, Fábio Medina. Improbidade administrativa. 2 ed. Porto Alegre: Síntese. 1998.

PAZZAGLINI FILHO, et alii. Improbidade administrativa. Aspectos jurídicos da defesa do patrimônio público. 3 ed. São Paulo: Atlas. 1998.

SILVA, José Carlos Sousa. Abuso de poder no Direito Administrativo. Belo Horizonte: Nova Alvorada. 1997.

A MODERNIZAÇÃO DA LEGISLAÇÃO DO TRABALHO NO BRASIL

Danielle Lucena da Costa (*)

“Não se pode contestar que uma nova ordem jurídica está surgindo das entranhas convulsionadas da sociedade contemporânea.” (Orlando Gomes)

INTRODUÇÃO

O Direito do Trabalho é um produto do século XIX. Nasceu como uma reação às consequências da liberdade econômica, tais como exploração do trabalho das mulheres e menores, acidentes mecânicos do trabalho, baixos salários e excessivas jornadas. As soluções para esses problemas já não se situavam no Direito Civil,

reclamando uma legislação mais de acordo com a realidade social, posto a flagrante desigualdade entre as partes.

Diante das agitações dos trabalhadores e das lutas sociais, o Estado resolveu intervir na regulamentação do trabalho. Este conjunto de intervenções produziu um abrandamento na capacidade de discernir e de tomar decisões do empregado bem como um desvirtuamento nas relações previstas no contrato de trabalho. Esta forma de proceder justificava-se por se considerar o empregado a parte menos favorecida, hipossuficiente na relação de trabalho. Adota-se, então, o princípio de proteção do empregado, em torno do qual se estruturou e se organizou todo o sistema jurídico trabalhista.

Todavia, as relações individuais de trabalho têm sofrido várias modificações nos últimos anos, em face da conjugação de fatores como: inovação tecnológica; modificações radicais na organização da produção; necessidade de combater o desemprego. O protecionismo individualizado vem sendo trocado pela garantia do emprego. Mister se faz, portanto, alterações profundas que necessariamente extrapolem a questão normativa e alterem características fundamentais do nosso ordenamento.

(*) Danielle Lucena da Costa é aluna do 5º ano do curso de Direito da Universidade Federal da Paraíba (UFPb)

Segundo o eminente professor Wolney Cordeiro, “... *as principais máculas do sistema de regulamentação das relações laborais são as seguintes: excesso de regulamentação, ausência de flexibilização e exagero de intervenção estatal na solução dos conflitos individuais e coletivos de trabalho.*”

Diante deste prisma de pensamento, podemos colocar a flexibilização das relações laborais como uma medida a ser tomada dentro da modernização do direito do trabalho, ressaltando, porém, que para a implementação desta, faz-se necessária a desregulamentação das leis laborais e desjurisdicionalização das formas de composição dos conflitos individuais e coletivos de trabalho.

No presente trabalho, não visamos explorar mais extensamente as diversas formas, propostas pela doutrina tradicional, para a solução do conflito coletivo. Pretende-se reexaminar a flexibilização dos direitos trabalhistas, oferecendo uma análise sobre o tema diante da atual conjuntura sócio-econômica brasileira.

FLEXIBILIZAÇÃO

1 - CONCEITO

Atualmente, nenhum tema tem sido motivo de tantos debates entre os juslaboralistas, empresários e trabalhadores, quanto à flexibilização no direito do trabalho.

No direito do trabalho tem-se utilizado o vocábulo flexibilização de forma genérica para representar um conjunto variado de hipóteses, tais como: mobilidade geográfica e funcional dos trabalhadores, maleabilidade nos custos da mão-de-obra, gestão dos recursos humanos, organização do tempo de trabalho, dentre outras. Pode-se então constatar, de certa forma, que flexibilização contempla inúmeras formas de modificação no direito do trabalho.

Sendo menos incisivos, parece razoável considerarmos que o desenvolvimento tecnológico ao modificar as situações a nível de empresa, crie empregos, contudo é razoável também considerarmos que não crie empregos na mesma proporção que os elimine.

2. b) Os Processos de Globalização

A globalização é um processo de economia em escala mundial, com quebra ou diminuição de barreiras alfandegárias, estimuladora de maior circulação global de bens e serviços (PASSOS, 1998).

Face à globalização, o conceito de soberania vem sendo readaptado. Não existe mais a soberania ilimitada e absoluta. Hoje os países seguem regras globais para se manterem no quadro econômico mundial. A soberania, portanto, ganha limitações frente à ordem econômica vigente.

Assim, estando limitada a soberania do Estado, faz-se necessária à criação de meios eficientes de proteção de interesse localizado, principalmente quanto à proteção de mercados de trabalho.

O processo de globalização parece indicar que as relações de trabalho de um modo geral devem ser modernizadas, pois ela trará impactos nas relações individuais de trabalho. Além da diminuição dos postos de trabalho, o que pede novas formas de contratações e mudanças nas garantias trabalhistas, há uma realidade difícil de contestar: os investidores internacionais são mais atraídos, entre outros aspectos, por legislações mais flexíveis e com menos encargos trabalhistas.

Luiz Carlos Amorim Robortella explica o fenômeno: “*A tendência internacional é inquestionavelmente a partilha do trabalho disponível, mediante políticas sociais dinâmicas e pragmáticas, que flexibilizem o mercado de trabalho, para atenuar os efeitos da crise de emprego.*”

SINDICALISMO NO BRASIL

O sindicalismo brasileiro enfrenta sérias dificuldades, apresentando uma estrutura de inspiração corporativista, que gera a proliferação de sindicatos sem qualquer legitimidade ou representatividade.

A Constituição Brasileira de 1988 aperfeiçoou a organização sindical quando vedou a interferência do poder público, valorizou a negociação coletiva e propiciou o exercício amplo do direito de greve, com as restrições que se consideram aceitáveis nas democracias.

Todavia, apresenta vícios fundamentais quando obriga a unicidade sindical e a contribuição sindical compulsória.

O Brasil é um dos raros países que obrigam, por lei, o trabalhador não associado a recolher uma contribuição ao sindicato. Esse imposto sindical é típico do regime corporativo e agride frontalmente o princípio da liberdade sindical. Já em relação à unicidade sindical constitucionalmente imposta apresentamos também uma pluralidade de fato, com mais de 16.000 sindicatos, segundo estimativas conservadoras. Cada empresa é obrigada a negociar com vários sindicatos, em face do sistema de representação por categorias.

A modernização das relações trabalhistas exige que se aumente a representatividade sindical e se valorize a negociação coletiva. Os sindicatos devem se legitimar, inclusive financeiramente, pela qualidade dos serviços que prestam a seus associados. Aumentar a representatividade sindical significa, também, eliminar o imposto sindical e a unicidade sindical.

Faz-se mister, pois, implantar a verdadeira liberdade sindical, tal como dispõe a Convenção n.º 87 da Organização Internacional do Trabalho - OIT. A liberdade sindical não significa fragmentação. Esta poderá ocorrer ou não dependendo da vontade dos grupos. Nada impede a unidade de ação em determinados momentos históricos, muito mais eficaz que a unicidade imposta por lei.

O sindicalismo brasileiro precisa acabar com os falsos sindicatos que funcionam apenas como cabides de empregos para juízes classistas, aumentando a sua representatividade e definindo melhor suas prioridades diante da classe trabalhadora.

CONCLUSÃO

Atualmente, as relações individuais e coletivas de trabalho passam por profundas modificações e a rigidez com que as normas laborais as regulam não se justifica. Certa flexibilização há de ser admitida.

Faz-se necessária, então, a adequação das relações trabalhistas às condições econômicas vigentes, abandonando-se a proteção individual pela busca da garantia do emprego e passando-se do ordenamento jurídico imposto para o negociado.

Com a flexibilização, diferentemente do que muitos dizem, não se vai acabar com a legislação trabalhista nem muito menos com a atuação do Estado na defesa dos direitos fundamentais dos trabalhadores, irá sim, reduzir os focos de conflitividade presentes em nosso modelo jurídico, desafogando a excessiva centralização dos conflitos individuais na Justiça do Trabalho, que se institucionalizou praticamente como o único foro, estimulando a utilização de meios extrajudiciais de solução de conflitos individuais e coletivos.

Todavia, para que haja a implementação da flexibilização é necessária a existência de organismos sindicais fortes, representativos e autênticos. Precisa-se por fim aos sindicatos que servem apenas para empregar juízes classistas e que se mantêm com a contribuição compulsória, não tendo prioridades definidas nem atuação concreta na defesa dos interesses dos trabalhadores.

Para termos uma modernização das leis trabalhistas que venham realmente proteger os trabalhadores, devemos nos desprender da idéia de Estado protetor e nos ater à construção de um Estado que propicie aos seus agentes sociais a regulação dos seus interesses próprios. No caso do ordenamento jurídico trabalhista, um Estado que assegure sindicatos fortes, com representatividade e que busquem procedimentos uniformes para a concretização da garantia trabalhista do pleno emprego.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Renato Rua de, “O Moderno Direito do Trabalho e a Empresa: Negociação Coletiva, Representação dos Empregados, Direito à Informação, Participação nos Lucros e Regulamento Interno.” Revista LTr, São Paulo, 62-01/37.

BARROS, Alice Monteiro de, “Flexibilização e Garantias Mínimas.” [on line] Disponível na Internet via www.genedit.com.br/2rdt/rdt73/estudos1.htm

Arquivo capturado em 21/11/1999.

CORDEIRO, Wolney de Macedo, “A Composição dos Conflitos Coletivos de Trabalho - Alternativas.” Revista LTr, São Paulo, 62-06/755

CORDEIRO, Wolney de Macedo, “Paradigmas para a Modernização da Legislação do Trabalho no Brasil.” Brasília: Consulex Edit., 1998, págs. 9-10.

GIGLIO, Wagner D., “Soluções dos Conflitos Coletivos: Conciliação, Mediação, Arbitragem, Resolução Oficial e Outros Meios.” Revista LTr, São Paulo, 64-03/307.

JÚNIOR, Alcídio Soares, “A Flexibilização no Direito do Trabalho enquanto Instrumento de Mudanças nas Relações de Trabalho.” [on line] Disponível na Internet via artemis.prt15.gov.br/publicacao/flexibiliz.html

Arquivo capturado em 21/11/1999.

MELO, Raimundo Simão de, "A Flexibilização dos Direitos Trabalhistas e as Cooperativas de Trabalho." [on line] Disponível na Internet via www.uepg.br/rj/a1v1at07.htm

Arquivo capturado em 21/11/1999.

_____, "A Modernização das Relações Trabalhistas." [on line] Disponível na Internet via www.mtb.gov.br/public/mercado/merc_04.htm

Arquivo capturado em 21/11/1999.

_____, "Notas Explicativas sobre as Propostas e Medidas de Natureza Legislativa." [on line] Disponível na Internet via www.mtb.gov.br/public/relatorio/pag_4.htm

Arquivo capturado em 21/11/1999.

PASSOS, Fernando, "O Impacto da Globalização da Economia nas Relações Individuais e Coletivas de Trabalho." Revista LTr, São Paulo, 62-03/339.

Arquivo capturado em 21/11/1999.

PASTORE, José, "Flexibilidade no Trabalho: Sucessos e Fracassos." [on line] Disponível na Internet via www.estado.com.br/edicao/pano/99/05/10/eco782.html

Arquivo capturado em 21/11/1999.

ROMITA, Arion Sayão, "A Flexibilização e os Princípios do Direito da Trabalho." in *Noções Atuais de Direito do Trabalho*.

SOBRINHO, Zéu Palmeira, "O Contrato Coletivo de Trabalho." Revista LTr, São Paulo, 62-05/619.

VICENTINO, Cláudio, "História Geral." 2ª ed. São Paulo: SCIPIONE LTDA, 1998.

A PRESCRIÇÃO DE CRÉDITOS TRABALHISTAS E A EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 28

Alexandre Roque Pinto

A Emenda Constitucional nº 28, de 21 de maio de 2000, revogou o art. 233 e deu nova redação ao inciso XXIX do art. 7º da Constituição, estendendo aos rurícolas a prescrição quinquenal a que já estavam sujeitos os créditos dos trabalhadores urbanos. A Emenda foi aplaudida por muitos, que por ela esperavam ansiosamente, acreditando que a inexistência de prescrição no curso do contrato do trabalhador rural não mais se justificava. Certamente, a Emenda trouxe vantagens às empresas rurais, aos seus respectivos advogados e até mesmo ao Poder Judiciário, que poupará tempo no